

O PIB e o Espírito Santo

29

Francisco Albernaz

Recentemente um jornalista me pediu para que comparasse os indicadores sociais do Espírito Santo com os de outros Estados,



para que lhe pudesse mostrar a posição de retaguarda que ocupávamos. Disse-lhe que sua imagem era absolutamente falsa.

Roberto Cavalcanti de Albuquerque, em sua pesquisa, "A Situação Social: o que diz o passado e o que promete o futuro". Perspectiva da Economia Brasileira, (1992 IPEA) utilizando um indicador sintético — o índice de desenvolvimento humano — que reúne a esperança de vida, a taxa de alfabetização e o PIB per capita em dólares, mostra que o Espírito Santo está entre os melhores. Abaixo do Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, mas acima de todos os outros Estados.

Se utilizarmos um outro indicador, o da linha de pobreza, que nos parece mais relevante, e é definido como o nível mínimo exigido pelos padrões de vida de uma sociedade dada (este índice foi desenvolvido por A. Sen: Poverty, An Ordinal Approach to Measurement, Econometrica, n° 2, março de 1976), iremos observar que mantemos a mesma posição do índice desenvolvido por Roberto C. Albuquerque.

Quaisquer outros indicadores que viéssemos a utilizar nos mostram que não estamos mais na retaguarda. Além disso se comparada a posição que ocupamos hoje com a que ocupávamos em 1967 iremos perceber que melhoramos significativamente.

Vale a pena observar ainda que essa melhora se deu em um período de nossa história demográfica em que fomos recep-

tadores de correntes migratórias, tendo, portanto, um saldo migratório positivo. Mesmo assim os indicadores sociais melhoraram.

Várias inferências devem ser tiradas destas observações. A mais importante, porém, é sem dúvida aquela de como meu amigo jornalista construiu suas imagens sobre a realidade sócio-econômica do Espírito Santo. Suas imagens, provavelmente foram formadas por percepções de que as políticas econômicas estaduais dos anos 70 tiveram um balanço social totalmente negativos expandindo um inferno social gerado pela nossa história econômica, não alterando assim a nossa posição no ranking dos estados da Federação.

Mais concretamente pode-se afirmar que estas imagens foram formadas quando das discussões sobre os efeitos sociais dos grandes projetos no Estado.

O autor deste texto tem uma parte de responsabilidade nesta desinformação. Há quase vinte anos, saindo da adolescência e sem nenhuma formação consistente em Ciências Sociais e em um contexto de pugilato com o governo autoritário da época, escrevi um artigo, influenciado por um "estudo" do Bandes, para o jornal "Opinião" onde tracei um cenário negativo sobre a implantação dos Grandes Projetos no ES.

Felizmente esse artigo não teve muita repercussão. Entretanto não se pode dizer o mesmo de alguns textos que foram escritos recentemente por alguns "pesquisadores" do Estado. Estes textos por várias razões, tiveram uma grande visibilidade nas mídias impressa e eletrônica e fizeram a cabeça de muita gente.

Fazendo um inventário minucioso destes textos, nós vamos encontrar dois que nos parecem os mais exemplares: o Linha de Pesquisa — 1987, do Centro de Estudos das Questões do Desenvolvimento, e o Capítulo III do Documento Síntese do Século XXI, intitula-

do: Os grandes diretores do processo de transformação no Espírito Santo (DS SXXI). O primeiro influencia claramente o segundo; e, além disso, já existem teses (?) em andamento que utilizam estas "pesquisas", perpetuando suas influências.

Nestes dois textos fica claramente sugerido aumento da pobreza absoluta e da degradação dos indicadores sociais durante este período. Entretanto esta imagem desaparece quando confrontada com os dados do PNAD/1988 apresentados no trabalho (este científico) de Roberto Cavalcanti.

Os dois textos em questão, sem base empírica, e nenhuma teoria econômica moderna relevante, procuram persuadir o leitor, com a linguagem de um marxismo requeitado (infelizmente ainda receptivo entre alguns intelectuais), "subordinação real ao capital", "Centros de poder", "interesses na acumulação do capital", "O grande capital", etc. Este vocabulário e a situação de monopólio em que estes textos se encontravam, tiveram uma grande influência em algumas elites burocráticas e do sistema político local.

Além deste tipo de vocabulário utilizavam uma retórica persuasiva do tipo: "não se pode deixar de registrar que se a alta taxa de crescimento da economia do Espírito Santo no período 80/85 foi de 5,6% a.a., e a do Brasil 1,7% a.a., aquela não foi acompanhada da redução das desigualdades sociais — 61% das famílias no E. Santo têm renda de até dois salários mínimos" DS SXXI, pg 55. Ora, primeiro a comparação não teria que ser entre o E. Santo e o Brasil, mas sim entre duas situações temporais no próprio E. Santo, isto é, tomar um ponto em 1970 e outro em 1985. Segundo utilizar indicadores relevantes, como o de Sen, que mede a evolução da pobreza absoluta e o de Gini a desigualdade na distribuição de renda. Se esse fosse o procedimento adotado (o que seria esperado para pessoas treinadas

em ciências sociais) o resultado seria outro.

A miopia em relação ao emprego também é grande. Se durante os anos setenta o crescimento do setor secundário e terciário se fez acompanhar de um aumento espetacular de sua participações na População Economicamente Ativa — e estes dados já existem — pode-se inferir que na primeira metade dos anos oitenta, fazendo-se uma hipótese realista de ter permanecido quase constante as técnicas de produção (com uma relação capital/trabalho fixa), a elasticidade do emprego ao crescimento do PIB capixaba também foi grande.

Se nos virarmos para a questão fiscal, um dos textos diz que: "CVRD, Aracruz Celulose e a CST responderam em 1987 pela geração de 4,2% do ICMS", DS SXXI, pg 55. E o ICMS indireto via efeito multiplicador? Imposto este que foi usado em infra-estrutura básica, responsável pela melhora dos indicadores sociais. Além do mais não se percebeu que durante este processo aumentava-se a capacidade de barganha por mais investimentos federais em infra-estrutura.

De uma maneira geral o que estes textos não souberam fazer (ou não quiseram?) foi o de mostrar os possíveis efeitos benéficos indiretos que os Grandes Projetos poderiam ter sobre a economia capixaba. Não conseguiram, por exemplo, ressaltar os aspectos dinâmicos destas externalidades positivas, como é o caso do Corredor de Exportação.

Os possíveis efeitos que estas "pesquisas" poderiam ter sobre a opinião pública local legitimando políticas econômicas irracionais (pressão fiscal em cima dessas empresas) e os aspectos migratórios e ambientais serão motivos para outro artigo.

Francisco Albernaz é cientista social e professor da Ufes